

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do resultado do exercício

QUADRO 3 – Demonstração do resultado abrangente

QUADRO 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2022/045

Aos

Acionistas e Administradores do

Supermercado Bahamas S/A.

Juiz de Fora - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Supermercado Bahamas S/A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Supermercado Bahamas S/A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Supermercado Bahamas S/A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

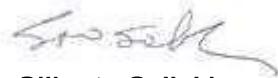
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2022.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Leonardo Fonseca Freitas Maia
Contador - CRC MG 079.276/O
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1**SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.****BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em R\$ mil)**

ATIVO	Notas explicativas	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.921	42.659
Títulos e valores mobiliários	6	17.607	54.264
Cartões a receber	7	154.296	131.551
Contas a receber diversos	8	24.510	21.642
Impostos a recuperar	9	11.907	2.011
Estoques	11	353.943	304.459
Bens para recebimento futuro		3.646	133
Adiantamentos diversos	10	4.071	4.952
		663.901	561.671
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais	12	6.593	6.178
Ativos fiscais diferidos líquidos	13	2.211	8.267
Títulos de capitalização		-	150
		8.804	14.595
Ativo de direito de uso	14	464.221	441.904
Investimentos	15	-	23.000
Imobilizado, líquido	16	311.768	271.085
		775.989	735.989
TOTAL DO ATIVO		1.448.694	1.312.255

QUADRO 1 (Página 2)

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em R\$ mil)

PASSIVO	Notas explicativas	2021	2020
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	17	108.758	46.000
Fornecedores	18	321.504	283.989
Impostos e contribuições a recolher	19	9.333	12.664
Parcelamentos fiscais	20	4.757	130
Obrigações sociais, provisões e contribuições previdenciárias	21	33.410	29.454
Passivos de arrendamento	14	69.259	59.791
Operações de debêntures	22	47.185	31.579
Partes relacionadas		883	-
Outras contas a pagar		9.149	385
		604.238	463.992
NÃO-CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	17	71.650	38.885
Passivos de arrendamento	14	403.471	390.973
Operações de debêntures	22	124.060	168.421
Provisão para riscos	23	1.413	24.656
Parcelamentos fiscais	20	14.527	512
		615.121	623.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	100.000	100.000
Reserva legal		12.010	10.237
Reserva de lucros		117.325	114.579
		229.335	224.816
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.448.694	1.312.255

QUADRO 2**SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em R\$ mil)**

	Notas Explicativas	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	3.283.334	2.922.467
Custo das mercadorias vendidas	26	<u>(2.607.589)</u>	<u>(2.347.982)</u>
		(2.607.589)	(2.347.982)
LUCRO BRUTO		675.745	574.485
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas trabalhistas	27	(298.609)	(260.822)
Despesas comerciais e operacionais	27	(180.431)	(139.868)
Despesas não dedutíveis	27	(58.142)	(60.231)
Despesas administrativas	27	(26.412)	(21.080)
Despesas tributárias	27	(7.100)	(5.247)
Outras receitas operacionais	27	11.362	982
		<u>(559.332)</u>	<u>(486.266)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO		116.413	88.219
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	28	(68.408)	(604)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS TRIBUTAÇÕES		48.005	87.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(5.544)	(2.954)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(7.006)	(22.472)
		<u>(12.550)</u>	<u>(25.426)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.455	62.189

QUADRO 3

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em R\$ mil)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>35.455</u>	<u>62.189</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>35.455</u>	<u>62.189</u>

QUADRO 4

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em R\$ mil)**

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100.000	7.601	69.640	-	177.241
Lucro do exercício	-	-	-	62.189	62.189
Juros sobre capital próprio					
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(9.462)	(9.462)
Lucro líquido do exercício ajustado pelos juros sobre capital próprio	-	-	-	52.727	52.727
Destinações					
Distribuição aos sócios	-	-	(5.152)	-	(5.152)
Constituição reserva legal	-	2.636	-	(2.636)	-
Constituição reservas de lucros	-	-	50.091	(50.091)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.000	10.237	114.579	-	224.816
Lucro do exercício	-	-	-	35.455	35.455
Juros sobre capital próprio					
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(11.245)	(11.245)
Lucro líquido do exercício ajustado pelos juros sobre capital próprio	-	-	-	24.210	24.210
Destinações					
Distribuição aos sócios	-	-	(14.888)	(4.803)	(19.691)
Constituição reserva legal	-	1.773	-	(1.773)	-
Constituição reservas de lucros	-	-	17.634	(17.634)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.000	12.010	117.325	-	229.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5**SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em R\$ mil)**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	35.455	62.189
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos		
Depreciação e amortização	104.333	91.548
Resultado venda de imobilizado	(3.868)	-
Juros e correção monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	50.711	38.363
Registro do valor da venda do imóvel	(5.248)	-
Tributos diferidos	5.544	2.954
Variações nos Ativos		
(Aumento) Redução em cartões a receber diversos	(22.745)	(20.295)
(Aumento) Redução contas a receber diversos	(2.868)	43.602
(Aumento) Redução impostos a recuperar	(9.896)	1.435
(Aumento) Redução adiantamentos diversos	881	(2.783)
(Aumento) Redução estoques	(52.997)	(91.163)
(Aumento) Redução depósitos judiciais	(415)	(5.337)
Variações nos Passivos		
Aumento (Redução) em fornecedores	37.515	54.728
Aumento (Redução) em impostos e contribuições a recolher	(3.203)	2.902
Aumento (Redução) em obrigações sociais e contribuições	3.956	(7.939)
Aumento (Redução) em parcelamento especial	8.764	(1.958)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(267)	-
Aumento (Redução) em provisão para riscos judiciais	-	(157)
Juros pagos em empréstimos, financiamentos, debentures e arrendamentos	(41.842)	(22.733)
Juros pagos nas operações de arrendamento	(23.717)	(14.989)
Juros pagos nos parcelamentos fiscais	(201)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	79.892	130.367
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento (Redução) ao imobilizado	(84.568)	(67.360)
(Aumento) Redução dos investimentos	23.150	(19.082)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	9.116	-
Titulos e valores mobiliários	36.657	75.405
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(15.645)	(11.037)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adição em empréstimos e financiamentos	81.859	27.066
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debentures e Partes relacionadas	(60.799)	(131.602)
Parcelamentos fiscais	883	-
Distribuição de dividendos	(3.992)	-
Juros sobre capital próprio	(19.691)	(5.152)
Juros sobre capital próprio	(11.245)	(9.462)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(12.985)	(119.150)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.262	180
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.659	42.479
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	93.921	42.659
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.262	180

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Supermercado Bahamas S.A.** (“Companhia”) é uma Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Juiz de Fora – MG, subdividida em 78 (setenta e oito) operacionais, tendo como principais atividades: comércio varejista e atacadista em geral, com predominância de produtos alimentícios.

COVID-19 - Efeito do coronavírus nas Demonstrações Financeiras

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2020, no qual destaca a importância das Entidades considerarem cuidadosamente todos os impactos do COVID-19 em suas atividades, e reportarem nas Demonstrações Financeiras os diversos riscos e incertezas advindos desta análise em observância às normas contábeis vigentes.

O surto do coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, e desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado e público, que somadas ao impacto potencial desse surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não vislumbra riscos ou possíveis incertezas que possam nesse momento afetar a continuidade de seus negócios, as estimativas e julgamentos contábeis. Entretanto, a Administração entende que não é possível até o presente momento, mensurar ou antecipar possíveis efeitos econômico-financeiros futuros decorrentes da continuidade da pandemia do COVID-19 sobre o Supermercado Bahamas S.A que porventura poderão afetar a continuidade da atividade da Companhia.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia aprimora constantemente suas práticas de governança corporativa. A Administração entende que o bom relacionamento com seus clientes e fornecedores contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho operacional. Em linha com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas ao mercado, privilegiando a transparência e tornando mais robusto e efetivo o relacionamento com partes relacionadas dentro da sua área de atuação.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para manter seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 04 de abril 2022.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para risco de perdas de crédito, inclusive as estimadas, provisão para desvalorização de estoques, impostos de renda diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras dizem respeito a:

- Nota Explicativa no 11 – Valor realizável líquido dos estoques;
- Nota Explicativa no 13 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros;
- Nota Explicativa no 14 – Arrendamentos;
- Nota Explicativa no 23 – Mensuração de provisões para riscos e outras provisões relacionadas aos negócios, às principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos.

b) Moeda Funcional e de apresentação

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

c) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais nestes instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto

Os instrumentos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) abaixo);
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial.

O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 28).

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido (Classificação como dívida ou patrimônio líquido)

Os instrumentos de dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base;
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções),

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem numerários em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superior ao valor de mercado.

e) Contas a receber

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda, provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como “custo amortizado”.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

As contas a receber vendidas são desreconhecidas quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

f) Estoques

Os estoques estão avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem de valor recuperável líquido dos impostos sobre a venda.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 16 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo em separado, conforme apropriado, somente quando esses ativos aumentam a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros do item do ativo imobilizado a eles incorporados, não superando seu valor recuperável e que possam ser medidos de forma confiável.

Entende-se como valor recuperável o maior valor entre o valor de uso e o valor justo do item do ativo imobilizado. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem.

h) Arrendamentos

Direito de uso em arrendamento

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).

Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica à isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica à concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida nas demonstrações financeiras quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Imposto de renda e contribuição social

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

I) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

m) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente,
- (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas,
- (iii) determinação do preço da transação,
- (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho, e
- (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

n) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

o) Distribuição de lucros

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

q) Novas normas e pronunciamentos contábeis a serem adotadas em 2021

Uma série de novas normas contábeis foram alteradas e ou criadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência: Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021;
- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023;
- IFRS 17 Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2021	2020
Caixa	8.109	3.721
Bancos	12.944	16.856
Aplicações Financeiras	72.868	22.082
Total	93.921	42.659

As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 em 95%).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	2021	2020
Banco Bradesco S.A.	9.126	45.081
Banco do Brasil S.A.	8.481	9.104
Caixa Economica Federal S.A.	-	79
Total	17.607	54.264

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os Fundos são remuneradas a uma taxa média de 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 em 103%).

7. CARTÕES A RECEBER

a) Composição dos saldos por tipo de operação

Descrição	2021	2020
Cartão de Crédito	125.363	106.146
Cartão de Débito	5.287	3.363
Vale Alimentação e outros	23.646	22.042
Total	154.296	131.551

As operações com cartões são descontadas a uma taxa média de 1,37% por natureza de crédito, de 0,59% de débito e 2% de vale refeição em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 os percentuais foram 1,21%, 0,4% e 2% respectivamente).

b) Composição de saldos por relevância de operação

Operação de crédito

Descrição	2021	2020
MasterCard	60.504	51.416
Visa Cred	42.616	31.472
Bahamas Cred	13.616	2.956
Outros	8.627	20.302
Total	125.363	106.146

Operação de débito

Descrição	2021	2020
Cielo S.A - Maestro Debito	2.175	1.863
Visa Debito	2.038	-
Cielo S.A - Elo Debito	1.074	1.500
Total	5.287	3.363

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Operação de vale alimentação

Descrição	2021	2020
Cia Brasileira de Soluções - Alelo	6.677	7.303
Policard	5.355	4.753
Ticket Alimentação Eletrônico	3.800	4.357
Outros	7.814	5.629
Total	23.646	22.042

8. CONTAS A RECEBER DIVERSOS

As contas a receber diversos podem ser assim demonstrados:

Descrição	2021	2020
Contas a Receber - Verbas comerciais	18.525	14.855
Fornecedores - Devoluções a receber	4.673	6.529
Cheques a depositar	1.088	-
Caução - Valor depositado	132	132
Outras contas a receber	52	100
Fornecedores - Valores a reembolsar	20	5
Cheques a recuperar	17	21
Clientes	3	-
Total	24.510	21.642

As verbas comerciais incluem acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

Descrição	2021	2020
COFINS a Recuperar (i)	6.622	181
Icms Cred Transf a Recuperar	3.163	4
PIS a Recuperar (i)	1.443	39
IRF a Recuperar	476	1.462
Parcelamentos Federais	114	114
ICMS a Recuperar	89	211
Total	11.907	2.011

(i) A Companhia, em 2017, através do Processo 1000059-53.2017.4.01.3801, discutiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS, oriundo das operações de 2012 a 2017.

Em maio de 2021, foi julgado através da RE 574.706 o entendimento favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, de modo que o processo do Bahamas foi incluso ao relator para promover o juízo de adequação ao julgamento realizado nos autos do RE 574.706. Com base no julgamento, a Administração realizou o reconhecimento do crédito a recuperar em outubro de 2021, no montante de R\$ 2.169.

10. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Os adiantamentos diversos podem ser assim demonstrados:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos contas a Pagar (i)	1.922	2.840
Adiantamento a colaboradores	1.576	1.376
Adiantamentos financeiros	413	-
Outros adiantamentos	160	736
Total	4.071	4.952

(i) A Companhia no decorrer de 2021 realizou adiantamentos a fornecedores de bens e serviços, aos quais não ocorreu a entrega/prestação de serviços até 31.12.2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. ESTOQUES

Descrição	2021	2020
Mercadorias para revenda	353.943	304.459
Total	353.943	304.459

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há estoques dados em garantia pela Companhia.

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda provável a seguir demonstrados:

Descrição	2021	2020
FAP/SAT (i)	4.458	4.458
Trabahista	1.465	1.063
Cível	537	524
Depósito em Consignação	133	133
Total	6.593	6.178

(i) Entre os anos de 2010 e 2018, a Companhia realizou depósitos judiciais referente ao processo 0003842-17.2010.4.01.3801, com a Delegacia da Receita Federal, ao qual a Companhia ajuizava o questionamento da modificação da alíquota FAP/SAT, de acordo com o CNAE preponderante. Até 31.12.2021, não ocorreu transitado em juízo para o processo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

Descrição	2021	2020
Ativo Fiscal Diferido	5.481	9.851
IRPJ Diferido	4.030	7.243
CSLL Diferido	1.451	2.608
Passivo Diferido	(3.270)	(1.584)
IRPJ Diferido	(2.404)	(1.165)
CSLL Diferido	(866)	(419)
Total Líquido Diferido	2.211	8.267

Os Tributos Diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro, em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021, possui lucro fiscal, base positiva para imposto de renda e contribuição social, ou seja, não possui saldos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos ativos e passivos estão sendo compensados, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

14. ARRENDAMENTOS

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis e aeronaves, utilizados em suas atividades operacionais e a vigência dos contratos tem média equivalente a 120 meses. Esses contratos são anualmente corrigidos pelos índices acordados entre as partes para que possam refletir os seus valores de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As taxas utilizadas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro, à taxa de 0,46% ao mês para imóveis e 0,48% ao mês para aeronaves.

Os principais impactos do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras são apresentados a seguir:

a) Efeitos no ativo

Descrição	Valores
Ativo de direito de uso em 31/12/2019	410.374
Adições / renegociações	82.136
Amortizações	(50.606)
Ativo de direitos de uso em 31/12/2020	441.904
Adições / renegociações	82.765
Amortizações	(60.448)
Ativo de direito de uso em 31/12/2021	464.221

b) Efeitos no passivo

Descrição	Valores
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	416.688
Adições / renegociações	90.881
Juros	15.074
Pagamentos	(71.879)
Passivo de arrendamento em 31/12/2020	450.764
Adições / renegociações	89.526
Juros	24.284
Pagamentos	(91.844)
Passivo de arrendamento em 31/12/2021	472.730
Circulante	69.259
Não circulante	403.471
Total	472.730

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. INVESTIMENTOS

Descrição	2021	2020
AFAC - D Lopes e JCMC Empreendimentos Imobiliários (i)	-	23.000
Total	-	23.000

(i) Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, em 2020, se referem a investimento da Companhia em partes relacionadas que irão, de acordo com o planejamento estratégico da Companhia, atuar nos negócios de logística e construção civil.

No decorrer do exercício de 2021, a Companhia não concretizou o aumento de capital adiantado. Os adiantamentos foram reembolsados em caixa durante dezembro de 2021.

16. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia é empregado exclusivamente nas operações relacionadas ao comércio atacadista e varejista dos produtos adquiridos, serviços de logística de distribuição de mercadorias e demais atividades descritas no contexto operacional.

	Taxa de depreciação a.a. (%)	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.364		2.364	2.364
Edificações	1-4	-		-	2.006
Benfeitorias de terceiros	10	207.722	(64.258)	143.464	127.435
Veículos	10	21.389	(18.428)	2.961	2.733
Aeronaves	10	-	-	-	681
Móveis e utensílios	10	9.907	(3.537)	6.370	594
Máquinas e equipamentos	10	40.611	(7.000)	33.611	11.463
Instalações Comerciais	10	230.408	(121.049)	109.359	114.327
Informática Hardware	20	40.246	(27.557)	12.689	9.482
Imobilizado em andamento	-	950	-	950	-
Total		553.597	(241.829)	311.768	271.085

a) Apresentamos abaixo a movimentação do custo do ativo imobilizado líquido ocorrida em 2021 e 2020:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação 2021:

DESCRIÇÃO	2020		2021		
	31/12/2020	DEPRECIACÃO	ADIÇÕES	BAIXAS	31/12/2021
Terrenos	2.364	-	-	-	2.364
Edificações	2.005	-	-	(2.005)	-
Benfeitorias de terceiros	127.436	(17.487)	33.526	(10)	143.465
Veículos	2.733	(458)	1.245	(559)	2.961
Aeronaves	681	4.510	4	(5.195)	-
Móveis e utensílios	594	(265)	6.041	-	6.370
Máquinas e equipamentos	11.463	(2.308)	24.846	(390)	33.611
Instalações comerciais	114.327	(18.823)	13.873	(18)	109.359
Informática Hardware	9.482	(3.807)	7.032	(19)	12.688
Imobilizado em Andamento	-	-	950	-	950
TOTAL	271.085	(38.638)	87.517	(8.196)	311.768

Movimentação 2020:

DESCRIÇÃO	2019		2020		
	31/12/2019	DEPRECIACÃO	ADIÇÕES	BAIXAS	31/12/2020
Terrenos	-	-	2.364	-	2.364
Edificações	2.005	-	-	-	2.005
Benfeitorias de terceiros	115.412	(14.614)	26.655	(17)	127.436
Veículos	2.978	(813)	718	(150)	2.733
Aeronaves	1.053	(512)	140	-	681
Móveis e utensílios	374	(69)	289	-	594
Máquinas e equipamentos	488	(532)	11.758	(251)	11.463
Instalações comerciais	113,568	(18,595)	21,594	(2,240)	114,327
Informática Hardware	8.789	(3.136)	3.842	(13)	9.482
Imobilizado em Andamento	-	-	-	-	-
TOTAL	244.667	(38.271)	67.360	(2.671)	271.085

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores constantes nesta rubrica se referem: contratos de capital de giro captados, leasings financeiros e FINAMEs, que podem ser assim representados:

<u>Instituição Financeira</u>	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
Banco do Brasil	18.671	41.146	15.013	136
Banco Bradesco	3.396	4.888	17.524	5.199
Banco Itaú S/A.	48.306	12.349	7.599	7.780
Banco Santander	12.152	172	2.747	12.324
Banco Safra	231	4.513	5.198	2.677
Banco Mercedes	673	581	723	1.254
Banco BDMG	3.829	24.167	1.383	15.964
Votorantim	30.000	-	-	-
Consortio a PG -	405	-	558	-
Juros s/ Empréstimos	(8.905)	(16.166)	(4.745)	(6.449)
Total	108.758	71.650	46.000	38.885

Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

Garantias:

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos diretores, hipotecas, notas promissórias e duplicatas mercantis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. FORNECEDORES

Descrição	2021	2020
Nacionais	320.265	281.144
Mercadoria	320.173	281.034
Serviços	92	110
Internacionais (i)	1.239	2.845
Mercadoria	1.239	2.845
Total	321.504	283.989

(i) Os fornecedores internacionais são oriundos de mercadorias importadas, principalmente bebidas e especiarias. Os registros são realizados no momento da realização do documento de exportação autorizado pelo país de origem, na entrada da mercadoria no país, de acordo com a modalidade de transporte.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os Impostos e Contribuições a Recolher podem ser assim demonstrados:

Descrição	2021	2020
COFINS a Recolher	3.877	3.831
ICMS a Recolher	2.944	2.522
PIS a Recolher	839	820
IRF a Recolher	675	469
IRPJ a Recolher	539	3.499
CSLL a Recolher	216	1.307
ISSQN a Recolher	177	165
CSRF a Recolher	66	51
Total	9.333	12.664

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. PARCELAMENTOS FISCAIS

Os parcelamentos fiscais podem ser assim demonstrados:

Descrição	2021	2020
Impostos Parcelados - Circulante	4.757	130
Impostos Parcelados - Não circulante	14.527	512
Total	19.284	642

(i) Em 18 de janeiro de 2021, o processo 13136-720.030/2021-85 referente a insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS para os exercícios de 2016 a 2017, já provisionado, obteve sentença desfavorável a Companhia.

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Contribuições Previdenciárias podem ser assim demonstradas:

Descrição	2021	2020
Ordenados e Salários a Pagar	6.564	6.047
Pensão Alimentícia a Pagar	54	64
Rescisão a Pagar	39	-
Retirada Pró-labore a Pagar	6	5
Totais de Obrigações sociais	6.663	6.116
INSS a Recolher	4.944	4.219
FGTS a Recolher	1.259	1.000
Contribuição Sindical a Recolher	174	121
INSS Retido a Recolher	92	101
Totais de Encargos	6.469	5.441
Provisão de Férias a pagar	14.858	13.036
INSS s/Férias Provisionadas a Recolher	4.242	3.723
FGTS s/Férias Provisionadas a Recolher	1.178	1.138
Totais de provisões previdenciárias	20.278	17.897
Total	33.410	29.454

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. OPERAÇÃO DE DEBÊNTURES

A Operação de Debêntures segue assim demonstradas:

Descrição	2021	2020
Circulante		
Operação de Debêntures a Pagar	47.185	31.579
Não Circulante		
Operação de Debêntures a Pagar	124.060	168.421
Total	171.245	200.000

Data de Emissão: a data de emissão das Debêntures ocorreu do dia 30 de outubro de 2019.

Conversibilidade: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora.

Espécie: As Debêntures são da espécie com garantia real e com garantia adicional fiduciária.

Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures: As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.

Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, de forma que vencerão no dia 30 de outubro de 2025 (“**Data de Vencimento**”), ressalvadas as Hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão;

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures são de R\$1 (mil reais), na Data de Emissão;

Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures:

O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente;

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumuladas das taxas médias diárias DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (“**Taxa DI**”), acrescida de uma sobretaxa 2,1% ao ano (“**Remuneração**”).

As debentures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), que, em caso de descumprimento, podem resultar no vencimento antecipado das obrigações. Na data destas demonstrações financeiras, a Administração entende que atendeu aos requerimentos de todas as cláusulas restritivas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

A provisão para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

Descrição	2021	2020
Prov P/Contingências Tributárias	-	22.977
Prov P/Contingências Trabalhistas	930	1.029
Prov P/Contingências Cíveis	483	650
Total	1.413	24.656

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$1.551 (R\$1.478 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia tem um certo número de processos administrativos e tributários decorrentes de reclamações e auto de infração decorrentes de auditorias fiscais.

As principais causas de processos da qual a Companhia figura como uma das partes, estão descritos a seguir:

- **Trabalhistas**

A Companhia é partes em sua maioria de processos relacionados a assuntos trabalhistas originados a partir de procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos, terceirizados etc. A maioria dos processos originam-se por conta de reclamações sobre a jornada de trabalho, acidentes de trabalho e demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

- **Cíveis**

A Companhia é parte de processos originados por meio de desentendimentos ocorridos no interior das lojas, causando aos clientes danos, seja eles materiais ou morais.

- **Tributários**

A Companhia é parte constante de auditorias fiscais e através destas, é notificada através de autos de infração ocasionados por divergências de informações emitidas aos órgãos públicos responsáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social é de R\$100.000 e está representado por 99.999.986 ações ordinárias e 14 ações preferenciais, todas nominativas.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, controlado integralmente por investidores brasileiros, é representado por ações no valor de R\$1,00 (um real), demonstrado como segue:

Descrição	2021 em R\$	2020 em R\$
Ações Ordinárias	99.999.986	99.999.986
Ações Preferenciais	14	14
Total	100.000.000	100.000.000

b) Reserva legal

Em cumprimento as obrigações estatutárias, a reserva legal foi constituída ao percentual de 5% do lucro líquido quando apurado até o limite de 20% do Capital Social.

Descrição	2021	2020
Reserva Legal	12.010	10.237
Total	12.010	10.237

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto da companhia.

Para o exercício de 2021 os dividendos foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	35.455
Reserva legal (5%)	(1.773)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:	33.682
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.421

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração da Companhia opta pela utilização dos benefícios fiscais relacionados com o pagamento de juros sobre o capital próprio.

Assim sendo, como parte dos dividendos mínimos obrigatórios, a Administração, conforme, previsto no Estatuto, distribuirá o total de R\$8.421 de dividendos. Adicionalmente, a Companhia distribuiu a quantia de R\$11.270 a título de dividendos adicionais de exercícios anteriores, totalizando o montante de R\$19.691 de dividendos, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$11.245.

d) Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$11.245 (R\$9.462 em 2020).

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$3.823 (R\$3.217 em 2020), aproximadamente, em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A principal receita da Companhia é a com revenda de mercadorias, conforme demonstrado a seguir líquidas de devoluções, descontos concedidos e impostos incidentes:

Descrição	2021	2020
Revenda de Mercadorias	3.461.504	3.092.052
Prestação de Serviço	5.109	4.022
Devoluções de vendas	(3.598)	(3.717)
COFINS Faturamento	(93.798)	(91.490)
ICMS sobre Vendas	(65.694)	(58.808)
PIS Faturamento	(20.189)	(19.592)
Total	3.283.334	2.922.467

26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Descrição	2021	2020
Custo da Mercadoria Vendida	(2.607.589)	(2.347.982)
Total	(2.607.589)	(2.347.982)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e dos Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

27. DESPESAS OPERACIONAIS

A administração das despesas administrativas e gerais da Companhia é efetuada por meio dos seguintes segmentos:

Descrição	2021	2020
Despesas trabalhistas	(298.609)	(260.822)
Despesas comerciais e operacionais	(180.431)	(139.868)
Despesas não dedutíveis	(58.142)	(60.231)
Despesas administrativas	(26.412)	(21.080)
Despesas tributárias	(7.100)	(5.247)
Outras receitas operacionais	11.362	982
Total	(559.332)	(486.266)

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

Despesas comerciais

As despesas comerciais compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Bahamas atua.

Os principais meios de comunicação utilizados pelo Bahamas são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	2021	2020
Despesas trabalhistas		
Remuneração	(230.391)	(203.262)
Encargos e provisões	(68.218)	(57.560)
	(298.609)	(260.822)
Despesas comerciais e operacionais		
Depreciações e Amortizações	(42.500)	(35.203)
Manutenção Elétrica	(35.938)	(32.652)
Publicidade e Marketing	(30.586)	(20.926)
Suprimentos e Conservação	(22.820)	(14.440)
Transporte e Logística	(18.972)	(17.196)
Aluguéis Condomínios Comerciais	(11.989)	(4.944)
Manutenção e informática	(8.069)	(6.309)
Manutenção Civil	(6.100)	(4.343)
Manutenção Eletro Mecânica	(2.305)	(1.944)
Despesas Operacionais	(1.152)	(1.911)
	(180.431)	(139.868)
Despesas não dedutíveis		
Despesas Depreciação - IFRS16	(56.977)	(56.345)
Outras Despesas Indedutíveis	(1.034)	(852)
Multas	(121)	(157)
Despesas compartilhadas	(10)	(716)
Perda na Equivalência Patrimonial	-	(2.161)
	(58.142)	(60.231)
Despesas administrativas		
Outras despesas operacionais	(11.797)	(8.885)
Honorários serviços de terceiros	(11.739)	(9.447)
Indenizações judiciais	(1.440)	(1.795)
Despesa com viagens	(1.436)	(953)
	(26.412)	(21.080)
Despesas tributárias		
Impostos e taxas	(7.100)	(5.247)
	(7.100)	(5.247)
Outras receitas e despesas operacionais		
Receita sobre a venda de imobilizado	9.548	255
Recuperação de despesas	1.936	94
Recuperação de Despesas	122	-
Lucros e Dividendos	2	-
Reversão de provisões	265	157
Ganho na Venda Patrimonial	(511)	476
	11.362	982
Total	(559.332)	(486.266)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	6.712	5.133
Descontos obtidos	2.840	50.644
Renda aplicações financeiras	2.260	4.949
Outras receitas financeiras	2.169	84
Juros Ativos	24	29
	14.005	60.839
Despesas financeiras		
Juros Passivos s/ Empréstimos e Financiamentos	(28.006)	(23.196)
Juros s/Direito de Uso - IFRS	(24.288)	(15.074)
Taxa Adm cartão de crédito	(16.319)	(12.470)
Taxa administrativa c/ticket	(6.551)	(5.940)
Outras despesas	(3.522)	(2.804)
Variação Cambial Passiva	(2.012)	(543)
Transportes de valores	(1.098)	(1.156)
Juros Passivos	(231)	(104)
Desconto concedido	(212)	(126)
Multas compensatorias	(174)	(30)
	(82.413)	(61.443)
Resultado financeiro líquido	(68.408)	(604)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia vem provisionando as parcelas para o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, mensalmente, obedecendo ao regime de competência.

A composição da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
L.A.I.R (Lucro Antes do Imposto de Renda)	48.006	87.615
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda	(16.322)	(29.789)
Juros capital próprio	3.823	3.217
Despesas indedutíveis e outros	(51)	1.146
Imposto de renda e contribuição social	(12.550)	(25.426)
Imposto corrente	(7.006)	(22.472)
Imposto diferido	(5.544)	(2.954)
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(12.550)</u>	<u>(25.426)</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

30.1 Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas envolvidas para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no monitoramento constante das taxas contratadas versus com as vigentes no mercado, cujo objetivo final é a preservação das margens obtidas com a política definida em conjunto com as áreas operacionais envolvidas.

a. Risco de Taxa de Juros e Atualização Monetária

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber.

Os reajustes dos preços praticados não acompanham necessariamente os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Como forma de minimizar os efeitos das taxas de juros, a Companhia busca cumprir todas as suas obrigações no prazo acordado. Os riscos decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados são minimizados por meio de negociações de taxas de juros pré-fixadas.

b. Risco de Crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A política de concessão de créditos aos clientes é constantemente atualizada. A Companhia também contrata os serviços de escritórios especializados em cobrança, para gerir a carteira de inadimplentes. Revê, ainda, periodicamente, suas políticas de negociação com os inadimplentes, de forma a ampliar as possibilidades de quitação da dívida e, ao mesmo tempo, controlar possíveis atos de má-fé por parte dos seus clientes.

c. Risco de Mercado

I) Risco da Taxa de Juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado às taxas do CDI e ao IPCA que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures).

II) Gerenciamento de Risco da Taxa de Juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, o qual não está protegido por instrumentos financeiros derivativos de hedge.

A administração entende que os riscos são insignificantes já que as operações contratadas com taxas fixas e de médio prazo e que representam pouco impacto no resultado operacional dos negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a:

- Caixa e equivalentes de caixa - (nota explicativa nº 5);
- Cartões a receber - (nota explicativa nº 7);
- Contas a receber diversos – (nota explicativa nº 8);
- Passivos de arrendamentos (nota explicativa nº 14);
- Empréstimos e financiamentos - (nota explicativa nº 17);
- Fornecedores - (nota explicativa nº 18);
- Operações com debêntures – (nota explicativa nº 22)

Quando ocorrer ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o regime de competência.

III) Risco de vencimento antecipado de debêntures

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 22.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

		2021	
		Contas a receber	Despesas com Aluguéis
		-	55.139
		<hr/>	
		Contas a pagar	
		<hr/>	
		4.830	
		<hr/>	

		2021	
		Contas a receber	Despesas com Aluguéis
		-	2
		<hr/>	

		2021	
		Contas a receber	Despesas com Aluguéis
		-	428
		<hr/>	

		2020	
		Contas a receber	Despesas com Aluguéis
		-	49.260
		<hr/>	

		2021	2020
		AFAC	AFAC
		-	11.500
		<hr/>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SUPERMERCADO BAHAMAS S.A
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

	2021	2020
	AFAC	AFAC
D' Lopes Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	-	11.500

As transações com partes relacionadas decorrem-se de:

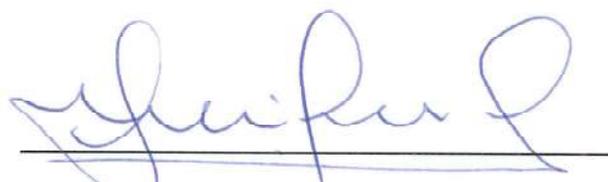
- (i) Contas a receber de imóveis (lojas) vendidos;
- (ii) Despesas com aluguéis de imóveis (lojas);e
- (iii) AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital



Jovino Campos Reis
Diretor Comercial



Paulo Roberto Lopes
Diretor Administrativo Financeiro



Paulo César de Aquino Lima
Contador
CRC-MG 074.557/O



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300111041

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SUPERMERCADO BAHAMAS S/A
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2200344065

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	006			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

JUIZ DE FORA
Local

19 ABRIL 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9311328 em 25/04/2022 da Empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, Nire 31300111041 e protocolo 221942351 - 19/04/2022. Autenticação: F2BF8DBC237F7A2BA4C20DC115571C43F1E30A7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/194.235-1 e o código de segurança 7ZVM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/194.235-1	MGE2200344065	19/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
514.807.946-00	JOVINO CAMPOS REIS
283.509.876-34	PAULO ROBERTO LOPES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

I – HORA E LOCAL: Em 19 de Abril de 2022, às 10:30 horas, na sede social do Supermercado Bahamas S.A. (“Companhia”), localizada na à Rodovia BR 040, KM 780, Trevo de Caxambu, Distrito Industrial, Juiz de Fora/ MG, CEP 36092-005.

II – CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 diante da presença dos acionistas da Companhia detentores da totalidade das ações.

III – MESA: Foram chamados para conduzir a presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Sr. Jovino Campos Reis, como Presidente da Mesa, e Sr. Paulo Roberto Lopes, como Secretário dos trabalhos.

IV – ORDEM DO DIA:

A - Em pauta ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social de 2021; **(ii)** Analisar a proposta da Administração sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; e **(iii)** Deliberar sobre o Conselho Fiscal para o presente exercício.

V – DELIBERAÇÕES: Após análise das matérias constantes na Ordem do Dia, Os Acionistas deliberaram e acordam por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

A - Em pauta ordinária: (i) A aprovação das Contas e Relatório dos Administradores e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, dispensada a leitura dos documentos relacionados, uma vez que são do inteiro conhecimento e concordância de todos os acionistas. A referida documentação foi devidamente publicada na edição do Jornal Hoje em Dia, da cidade de Belo Horizonte/MG do dia 19 de abril de 2022 de forma reduzida no formato impresso que segue na forma do Anexo I e no formato digital Conforme LINK: <https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/leis/supermercado-bahamas-s-a-19-04-2022-1.895238>; **(ii)** Aprovada a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social

Página 1 de 2



SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.
CNPJ: 17.745.613/0001-50
NIRE: 31300111041

de 2021 de R\$ 35.455.367,25 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme segue: o valor de R\$ 1.772.768,36 (um milhão, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos) aplicados para constituição da Reserva Legal, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia e artigo 193 da Lei 6.404/76; e, a quantia de R\$ 22.437.221,91 (vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte um reais e noventa e um centavos), destinada à Conta de Reserva de Lucros. Ainda, fica consignado que do montante do saldo da Reserva de Lucros há a distribuição de R\$ 8.420.649,72 (oito milhões, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) para o pagamento de dividendos aos acionistas durante o exercício de 2021; e (iii) Tendo em vista que o Conselho Fiscal da Companhia tem caráter não permanente, conforme Artigo 18 e 19 do Estatuto Social, fica dispensada a instalação do órgão para este exercício e a respectiva eleição de membros para sua composição.

VI – ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130, §2º da Lei 6.404/74 (“Lei S.A.”), a qual foi lida, achada conforme e assinada em livro próprio por todos os acionistas presentes: Srs. Jovino Campos Reis e Paulo Roberto Lopes que assinam digitalmente este documento que confere com o original lavrado em livro próprio.

Juiz de Fora - MG, 19 de Abril de 2022.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/194.235-1	MGE2200344065	19/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
514.807.946-00	JOVINO CAMPOS REIS
283.509.876-34	PAULO ROBERTO LOPES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9311328 em 25/04/2022 da Empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, Nire 31300111041 e protocolo 221942351 - 19/04/2022. Autenticação: F2BF8DBC237F7A2BA4C20DC115571C43F1E30A7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/194.235-1 e o código de segurança 7ZVM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/9



SUPERMERCADO BAHAMAS S/A CNPJ nº 17.745.613/0001-50 GRUPO BAHAMAS

As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das Demonstrações Financeiras completas auditadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, que estão disponíveis no seguinte endereço: www.b3.com.br.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)

ATIVO	Notas explicativas		Notas explicativas	
	2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.921	42.659	
Títulos e valores mobiliários	6	17.607	54.264	
Cartões a receber	7	154.296	131.551	
Contas a receber diversos	8	24.510	21.642	
Impostos a recuperar	9	11.907	2.011	
Estoques	11	353.943	304.459	
Bens para recebimento futuro		3.646	133	
Adiantamentos diversos	10	1.071	4.952	
		663.901	561.671	
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos judiciais	12	6.593	6.178	
Ativos fiscais diferidos líquidos	13	2.211	8.267	
Títulos de capitalização			150	
		8.804	14.595	
Ativo de direito de uso	14	464.221	441.904	
Investimentos	15		23.000	
Imobilizado, líquido	16	311.768	271.085	
		775.989	735.989	
TOTAL DO ATIVO		1.448.694	1.312.255	
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Emprestimos e financiamentos	17	108.758	46.000	
Fornecedores	18	321.504	283.989	
Impostos e contribuições a receber	19	9.333	12.664	
Parcelamentos fiscais	20	4.757	130	
Obrigações sociais, provisões e contribuições previdenciárias	21	33.410	29.454	
Passivos de arrendamento	14	69.259	59.791	
Operações de debêntures	22	47.185	31.579	
Provisão para riscos		883	-	
Partes relacionadas		9.148	305	
Outras contas a pagar		604.238	463.992	
NÃO CIRCULANTE				
Emprestimos e financiamentos	17	71.650	38.885	
Passivos de arrendamento	14	403.471	390.973	
Operações de debêntures	22	124.060	168.421	
Provisão para riscos	23	1.413	24.656	
Parcelamentos fiscais	20	9.116	512	
		615.121	623.447	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24			
Capital social		100.000	100.000	
Reserva legal		12.010	10.237	
Reserva de lucros		228.335	224.816	
		1.448.694	1.312.255	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas explicativas		Notas explicativas	
	2021	2020	2021	2020
Lucro do exercício		35.455		62.189
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os resultados provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação		104.333		91.548
Resultado venda de imobilizado		(3.868)		-
Juros e correção monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures		50.711		38.363
Registro do valor da venda do imóvel		(5.248)		-
Tributos diferidos		5.544		2.954
Varições nos Ativos				
(Aumento) Redução em cartões a receber diversos		(22.745)		(20.295)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(117.325)		(114.579)
(Aumento) Redução impostos a recuperar		(9.896)		1.435
(Aumento) Redução adiantamentos diversos		881		(2.783)
(Aumento) Redução estoques		(52.997)		(91.163)
(Aumento) Redução depósitos judiciais		(415)		(5.337)
Varições nos Passivos				
(Aumento) Redução em fornecedores		37.515		54.728
(Aumento) Redução em impostos e contribuições a receber		(3.203)		2.902
(Aumento) Redução em obrigações sociais e contribuições		3.956		(7.939)
(Aumento) Redução em parcelamento especial		8.764		(1.958)
(Aumento) Redução em outras contas a pagar		(267)		-
(Aumento) Redução em provisões para riscos judiciais		-		(157)
Juros pagos em empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		(41.842)		(22.733)
Juros pagos nas operações de arrendamento		(23.717)		(14.989)
Juros pagos nos parcelamentos fiscais		(201)		-
		79.892		130.367
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(Aumento) Redução do imobilizado		(84.568)		(67.360)
(Aumento) Redução dos investimentos		23.150		(19.082)
Recuperação pela venda de ativo imobilizado		9.116		-
Títulos e valores mobiliários		36.557		75.405
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(15.645)		(11.037)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
(Aumento) em empréstimos e financiamentos		81.859		27.066
Adição em empréstimos e financiamentos		(2.868)		43.602
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento		(60.799)		(131.602)
Partes relacionadas		883		-
Parcelamentos fiscais		(3.992)		-
Distribuição de dividendos		(19.691)		(5.152)
Juros sobre capital próprio		(11.245)		(9.462)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.885)		(119.150)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		51.262		180
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		42.659		42.479
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		93.921		42.659
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		51.262		180

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Supermercado Bahamas S.A. ("Companhia") é uma Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Juiz de Fora - MG, subdividida em 78 (setenta e oito) operacionais, tendo como principais atividades: comércio varejista e atacado em geral, com predominância de produtos alimentícios. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei da Sociedade por Ações. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 04 de abril de 2022. **3. MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ANTERIOR:** **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Supermercado Bahamas S.A., na data de 31 de dezembro de 2021, foi emitido com opinião sem modificação pela Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes no dia 06 de abril de 2022. O Relatório dos Auditores Independentes completo, está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.b3.com.br.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPASSE Nº 0163.580-48/04, FIRMADO, ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA E O MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, DESTINADO À EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRO-SANEAMENTO

Por este instrumento, as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm, entre si, justo e contratado a rescisão do instrumento contratual identificado no caput deste instrumento, na forma a seguir ajustada:

I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2008, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Superintendente Regional Belo Horizonte Leste, Sr. Marcelo Ângelo de Paula Bomfim, brasileiro, casado, economista, carteira de identidade nº M-2865976 SPM/MG, CPF nº 472.340.406-68, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

II - TOMADOR/AGENTE PROMOTOR: MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, inscrito no CNPJ/MG sob o nº 22.934.889/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Vitor Penido de Barros, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, carteira de identidade nº 02950772372 DETRAN/MG, emissão 22/06/2016, CPF nº 010.754.386-91, doravante designado **TOMADOR**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO RESCINDIDO
1 - CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPASSE Nº 0163.580-48/04, firmado entre a **CAIXA** e o **MUNICÍPIO DE NOVA LIMA**, em 30/06/2004, destinado à execução de obras e serviços no Município de Nova Lima no âmbito do Programa Pro-Saneamento, registrado em fls. 116 e 117 e Documentos de Nova Lima sob o nº 3.848 em 17/08/2004, protocolo nº B-09.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO
2 - A partir desta data fica rescindido o contrato acima mencionado, conforme autizam as disposições contratuais e as normas regulamentares pertinentes emanadas do Órgão Gestor dos recursos financeiros utilizados para lastrear o financiamento concedido.

2.1 - O presente instrumento de rescisão tem como motivação (a) (s) abaixo relacionados (s), comprovados (s) por intermédio do(a) CE (C)GOV/BH 0148/2018, CE (C)GOV/BH 0140/2019, OF (O)GOV/BH 0797/2019, OF (O)GOV/BH 0148/2019, OF (O)GOV/BH 1148/2019 e CE (C)GOV/BH 1009/2019, conforme notificações realizadas em 05/03/2018, 28/02/2019, 05/08/2019, 28/10/2019, 08/11/2019 e 29/11/2019.

a) **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO CONTRATO ORIGINAL - VENCIMENTO ANTECIPADO/RESCISÃO - alínea f -** retardamento ou paralisação das obras por falta ou culpa do tomador e/ou agente promotor, ou no caso de não justificativa aceita pela CAIXA;

b) **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO CONTRATO ORIGINAL - VENCIMENTO ANTECIPADO/RESCISÃO - alínea g -** deixar de concluir as obras no prazo contratual.

2.2 - O(s) motivo(s) que ensejaram a presente rescisão, conforme acima relatado(s), constante(s) da(s) cláusula(s) que determinam(o) o vencimento antecipado da dívida e rescisão do instrumento contratual original determinam(o) e o **TOMADOR** ressarcir a **CAIXA**, em 19/12/2019, as despesas operacionais decorrentes da análise, aprovação e contratação da operação de crédito, limitado a 1% (um por cento) do valor de financiamento originalmente contratado, hoje importando em R\$ 92.164,84 (noventa e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS
3 - O **TOMADOR** devolveu os recursos eventualmente recebidos, na forma, prazo e acréscimo previstos no contrato acima mencionado, em forma de liquidação antecipada da dívida, realizado em 19/12/2019.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGISTRO E PUBLICAÇÃO
4.1 - O **TOMADOR** obriga-se a promover o registro deste contrato em cartório competente e a encaminhar uma via ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, comprometendo-se a apresentar à **CAIXA**, as competentes provas da realização desses atos, e assumindo as despesas respectivas.

4.2 - O **TOMADOR** obriga-se a levar o presente Termo de Rescisão, à publicação no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUCESSÃO E FORO DO CONTRATO
5 - As partes aceitam este instrumento tal como está redigido e se obrigam, por si e sucessores, ao fiel e exato cumprimento do que ora ficou ajustado, estabelecendo-se como foro, com privilégio sobre qualquer outro, para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da sua interpretação ou execução, o da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição no local do empreendimento objeto deste contrato.

As partes assim firmam, com as testemunhas abaixo, o presente instrumento de rescisão contratual em 3 (três) vias, vias de igual teor e para um só efeito, em Nova Lima, 12 de Fevereiro de 2020.

Local/Data:
Assinatura do Agente Financeiro da CAIXA
(a) Marcelo Ângelo de Paula Bomfim - CPF 472.340.406-68
Assinatura do TOMADOR: (a) Vitor Penido de Barros - CPF 010.754.386-91
Testemunhas: (a) LUIZ GUSTAVO M. VELANO - CPF 068.667.526-63
(a) PEDRO RABELO CPF 247.104.906-00

SELEÇÃO DE
OPÇÕES
ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Endodontia (canal)
- Ortodontia (aparelhos)
- Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG
(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512
posodontologiaprado.funorte.edu.br

PÓS-GRADUAÇÃO
E-FORTE
BELO HORIZONTE

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> e utilize o código 633F-4446-E4F4-96CB.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

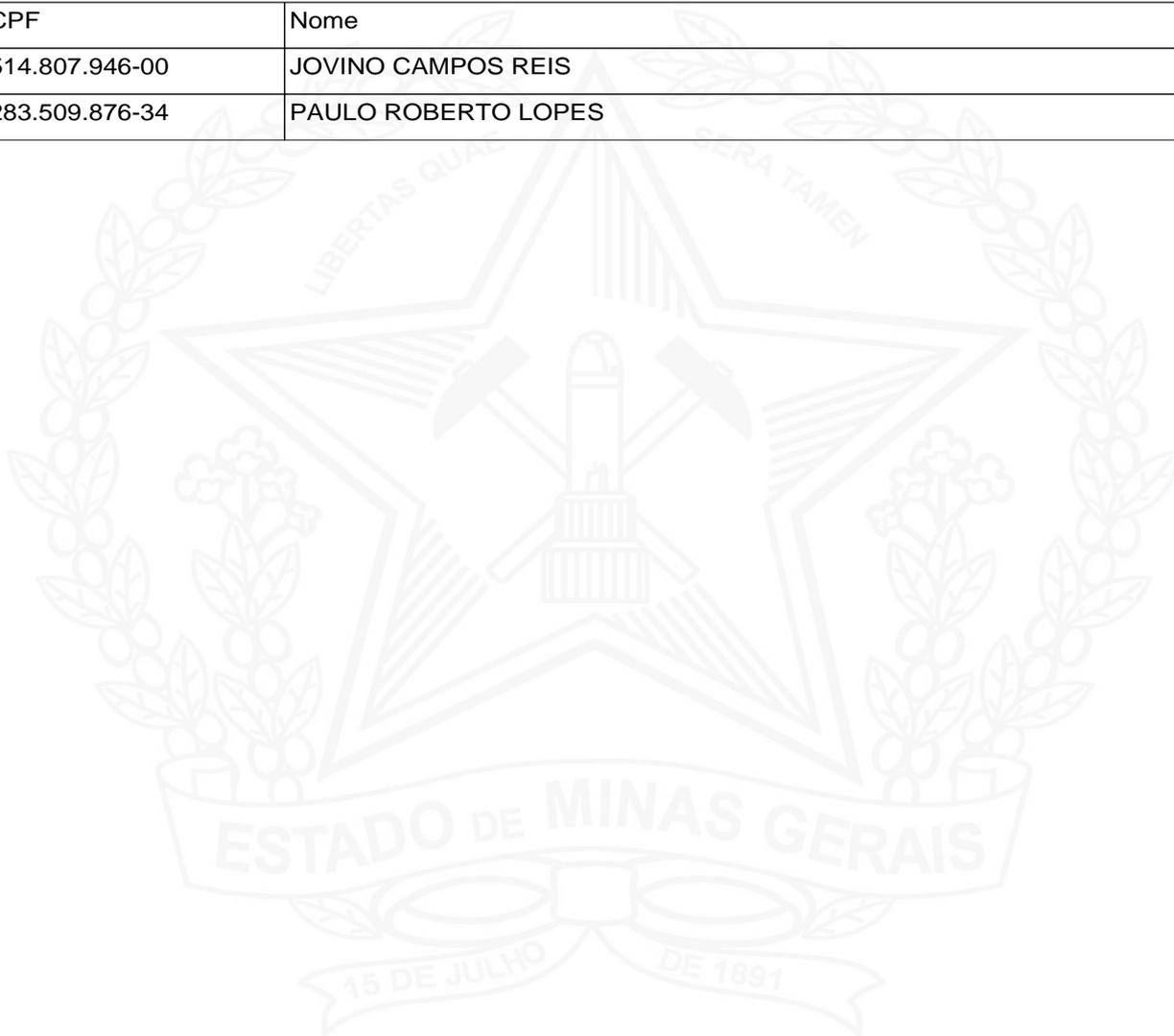
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/194.235-1	MGE2200344065	19/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
514.807.946-00	JOVINO CAMPOS REIS
283.509.876-34	PAULO ROBERTO LOPES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9311328 em 25/04/2022 da Empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, Nire 31300111041 e protocolo 221942351 - 19/04/2022. Autenticação: F2BF8DBC237F7A2BA4C20DC115571C43F1E30A7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/194.235-1 e o código de segurança 7ZVM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/9



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, de NIRE 3130011104-1 e protocolado sob o número 22/194.235-1 em 19/04/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9311328, em 25/04/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
283.509.876-34	PAULO ROBERTO LOPES
514.807.946-00	JOVINO CAMPOS REIS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
283.509.876-34	PAULO ROBERTO LOPES
514.807.946-00	JOVINO CAMPOS REIS

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
283.509.876-34	PAULO ROBERTO LOPES
514.807.946-00	JOVINO CAMPOS REIS

Belo Horizonte, segunda-feira, 25 de abril de 2022



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 25/04/2022, às 12:27 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/194.235-1.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte, segunda-feira, 25 de abril de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9311328 em 25/04/2022 da Empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, Nire 31300111041 e protocolo 221942351 - 19/04/2022. Autenticação: F2BF8DBC237F7A2BA4C20DC115571C43F1E30A7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/194.235-1 e o código de segurança 7ZVM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL